

linha viva

Número 411 . 22/05/97 . Intersindical dos Eletricitários de SC

Justiça Contestada

A Eletrosul entrou com recurso no STF, contestando a decisão, em todas as instâncias trabalhistas, que reintegrou o empregado Vicente do Espírito Santo demitido em 1992 por racismo. Até o fechamento desta edição não tínhamos o resultado do julgamento marcado para ontem.

Pra que vender?



Quem tem mais de 30 anos se lembra da estória do bolo: todo mundo fazia um pouco de sacrifício para armar um grande bolo. Quando ele estivesse pronto seria repartido entre todos. O bolo cresceu, mas os "mestre-cucas" acham que ele precisa de mais confeitos, porque resolveram servir nossa obra de esforço coletivo para uns poucos convidados, que nunca participaram do sacrifício mas estão dispostos a nos dar uns trocados por aquilo construímos.

Aculinária, invocada pelos regimes militares brasileiros para estimular o espírito de renúncia, pode ser usada novamente nos dias de hoje para nos dar uma idéia do que o governo do Brasil está fazendo com os setores elétricos e de telefonia nacionais. Mesmo depois de anunciar que o lucro líquido da Eletrobrás no ano passado cresceu 220% e na Telebrás 170%, no mês passado o governo reajustou as tarifas de energia elétrica e serviços de telefonia.

Por iniciativa do vereador Mauro Passos, que é diretor do Sinergia, a Comissão de Defesa do Consumidor da Câmara Municipal de Florianópolis resolveu analisar os verdadeiros motivos para tais aumentos. Chegou a tristes conclusões expostas num relatório. Este documento está sendo divulgado esta semana para a opinião pública e enviado à Procuradoria Geral da República, à Procuradoria Estadual, ao Supremo Tribunal Federal, ao Procon, e às comissões de defesa do consumidor da Assembléia Legislativa catarinense e do Congresso Nacional.

CONCLUSÕES

Para elaborar o relatório a Comissão de Defesa do Consumidor municipal ouviu as

diretorias financeiras da Celesc e Telesc, estudou os balanços destas duas empresas e da Eletrobrás e Telebrás, recentemente publicados e pesquisou junto aos principais jornais do país as razões, opiniões e repercussões dos aumentos de abril. Com todas estas informações concluiu que: "1 - não há nenhuma explicação técnica que justifique os reajustes concedidos; 2 - é inaceitável (principalmente por se tratar de tarifas públicas) aplicar reajustes quando o lucro líquido do exercício cresceu em relação ao exercício anterior 220% no caso da Eletrobrás e 170% no caso da Telebrás; 3 - os reajustes foram concedidos por razões políticas, com o claro objetivo de tornar estas empresas mais atrativas dentro do Programa Nacional de Privatização".

Diante disto a comissão resolveu comunicar todas instituições que de alguma forma são responsáveis para que sejam tomadas as medidas judiciais e políticas cabíveis no sentido de impedir que a sociedade inteira venha a ser utilizada, como agente facilitador e financiador das privatizações.

É Mauro Passos que lembra: "no início da década de 70, quando o governo instalou grande parte desta infraestrutura básica, foi dito ao povo brasileiro que o sacrifício era necessário para crescer o "bolo", mas que no futuro este "bolo" seria repartido entre todos. Verificamos agora que, antes mesmo de ser repartido, será repassado, por inteiro, para poucos (capital internacional). E pior: antes de o repassarem querem torná-lo mais atrativo aos olhos gulosos dos oportunistas de plantão, cobrando mais uma vez da sociedade a conta através destes reajustes descabidos".

Consultas Médicas

Sovenir Maclo Dias
diretor/Sinergia

O Sistema Único de Saúde (SUS) deveria ser prioridade dos governos federal, estadual e municipal e também dos clientes (usuários).

Partindo do pressuposto de que quem tem dinheiro paga, o governo federal vem vendendo a idéia de que o SUS é apenas para aqueles que não tem possibilidade de pagar os serviços médico e hospitalares.

Muitos trabalhadores, assistindo ao sucateamento da saúde provocado pelos últimos governos com o objetivo claro de privatizar a área, se vêem obrigados (tentados) a se entregar aos famosos planos de saúde, que muitas vezes são vendidos por profissionais especializados em vendas, auxiliados até por representantes das empresas onde oferecem seus planos. Na hora da venda dos planos tudo é maravilha. Mas quando precisamos dele, esbarramos com a realidade.

No caso da UNIMED em Florianópolis, considero absurda a maneira como são tratados os conveniados. Em alguns casos, dependendo do tipo de doença e mesmo do profissional que se pretende consultar, a espera mínima é de dez dias. Quando se trata de especialidades como oftalmologia, otorrinolaringologia, dermatologia, etc., a média de espera aumenta "um pouco": chega a 45 dias.

Como é possível fazer prevenção à saúde desta forma? O que nos resta, haja visto o tempo de espera, é continuar praticando a velha medicina curativa (a que dá mais lucro, mas penaliza o usuário...). Outra solução é, em conjunto, traçar uma política de fortalecimento do SUS.

Não podemos ficar inertes a este tratamento por parte da Unimed. Todos meses nossa contribuição entra religiosamente nos cofres desta entidade e, sem nenhum atraso. Gostaria de saber se a Unimed aceitaria que seus conveniados doravante descontassem sua contribuição conforme suas possibilidades ou conforme o atendimento dispensado (de 45 em 45 dias)?

Nós, que somos prejudicados, não devemos aceitar com tranqüilidade ou conformismo as explicações dadas pelos representantes da Unimed, da Fundação de Saúde ou dos atendentes profissionais (médicos).

Solicito aos conselheiros representantes dos empregados na Celos que este assunto seja colocado em pauta; e à Celos, como administradora do plano, que promova um debate com os trabalhadores, para conhecer nossas dificuldades, receber informações e sugestões para gestionar junto à Unimed, objetivando um melhor atendimento no que se refere a tempo de espera para consultas médicas, sem, é claro, onerar os conveniados.

Não consigo me sentir bem quando não existe no mínimo um tratamento igual entre as partes. O bom de tudo isso, com certeza, é a confirmação de que nem tudo que é privado funciona.

expediente

LINHA VIVA é uma publicação da Intersindical dos Eletricistas de SC. Jornalistas Responsáveis: Mari Cristina Scamozon (DRT/RS4966) e Alessandra Mathys (SC 00755 JP). Ilustrações: Frank Maia, Diretoria de Imprensa: Olga Leocádia Vieira. Redação: Rua Lacerda Coutinho, 149, Fpolis, SC. CEP 88015-030. Fax: (048-224-9104).

Orgias, excessos. O Real não dá mais conta do recado

Mais uma vez os brasileiros se vêem obrigados a falar de dívida externa, déficit comercial, estoque de reservas, etc. É que, como previu o próprio Banco Central semana passada, o déficit nas transações correntes pode chegar a 34 bilhões de dólares este ano. Este rombo é formado pelos seguintes itens: **balança comercial** (importações acima das exportações) = menos 12,5 bilhões de dólares; e **serviços** (lucros remetidos, juros da dívida externa, etc.) = menos 21,5 bilhões. **Total** das transações correntes (balança comercial + serviços) = menos 34 bilhões. O rombo no item serviços "é devido à montanha de lucros, dividendos, direitos de propriedade industrial, assistência técnica, consultorias,



comissões, viagens internacionais, transportes e, por último, mas não menos importante, os famigerados juros da dívida externa", explica o economista José Martins, do Núcleo de Educação Popular 13 de Maio.

Pelos dados do governo a remessa líquida de lucros e dividen-

dos, prevista para este ano, já alcança um valor de 5,6 bilhões de dólares. No ano passado foi de 2,4 bilhões. Aumento de 140%. E o pagamento previsto de juros líquidos da dívida externa será, no mínimo, de 13 bilhões de dólares. No ano passado foi de 9,8 bilhões. Aumento de 31%.

Em outras palavras: "para pagar seus excessos de consumo no exterior e as orgias de lucros, rendas e juros imperialistas dentro da economia brasileira, o país agora tem que atrair do exterior uma quantia correspondente de moedas (ou divisas) internacionais. Não adianta querer pagar com moeda nacional, o real, pois ela não existe como moeda para o resto do mundo," explica Martins.

Eletrosul deve divulgar hoje valor da PLR

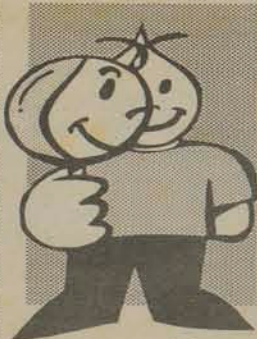
Os empregados da Eletrosul podem, a partir desta semana, analisar a proposta de metas que a empresa apresentou para cumprir o Acordo de Participação nos Lucros e Resultados (PLR). Cópias desta proposição estão com os diretores do sindicato nos locais de trabalho. Hoje, quinta-feira a Eletrosul pode divulgar sua proposta de valor da PLR.

Na comparação com outras empresas do grupo Eletrobrás, a proposta de meta individual da Eletrosul é a mais rígida. A exemplo da Eletrosul, as outras empresas também ainda não apresentaram sua proposta de valor a ser pago. Apenas a Eletronorte divulgou um indicativo que corresponderia a uma folha de pagamento referente a dezembro/97. Por causa deste atraso na apresentação do valor a reunião com a Eletrobrás, prevista para hoje, dia 22, foi postergada para 27 de maio.

"Para assinar este acordo é importante que avaliemos

bem o que foi proposto, para que ao final do ano não se constate que as metas são inatingíveis", alerta a Intersul. Por isto o trabalhador deve conhecer e discutir no seu local de trabalho o que a empresa ofereceu. A Intersul lembra ainda que a meta de redução do passivo trabalhista carece de maiores esclarecimentos e a meta de assiduidade, considerada individual, poderá ter reflexos coletivos na organização e solidariedade dos trabalhadores. A Intersul ainda questionou a Eletrosul quanto ao pagamento da participação dos lucros relativos ao ano de 1996, cujo balanço apresentou um lucro acima de 6% do capital social, possibilitando, segundo o próprio estatuto da empresa, a distribuir aos empregados um percentual deste valor. A resposta da empresa foi de que este assunto está sendo analisado pela Eletrobrás junto aos órgãos superiores do governo.

Balanço da Elos deve ser analisado com reservas



Os empregados e aposentados da Eletrosul receberam recentemente o relatório com o balanço anual (1996) da Elos. Se comparados com os anos anteriores os resultados foram animadores. Mas os números apresentados nos demonstrativos devem ser vistos com cautela.

Antonio Waldir Vituri, diretor do Sinergia e curador da Elos (eleito pelos participantes) chama a atenção para al-

guns fatos. "Conforme cálculos atuariais, a Elos deveria ter reservas totais constituídas de R\$ 418 milhões, para fazer frente a seus compromissos atuais e futuros. O balanço de 1996, constata um déficit atuarial de menos de 1%, ou seja, algo em torno de R\$ 2 milhões apenas, contra um déficit de R\$ 25 milhões em 95."

No balanço, elaborado de acordo com as normas da Secretaria de Previdência Complementar do Ministério da Previdência, explica Vituri, "são deduzidos R\$ 107 milhões, as chamadas 'reservas a amortizar', que deverão ser pagas pela Eletrosul em até 27 anos. Apesar de fazerem parte das reservas totais, não estão computadas como dívidas ou receitas não realizadas, não agravando portanto o déficit".

Mas, ressalta Vituri, "nos ativos da Elos estão computados como investimentos R\$ 57 milhões da dívida contratada da Eletrosul, que deverá ser paga em até 17 anos, portanto incluída nos ativos, assim como o Shopping Beiramar, os prédios da Sede e do Sertão e as aplicações financeiras. Estão computados também aproximadamente R\$ 39 milhões, relativos a pagamentos atrasados de SB - 40, despesas administrativas e aluguel da sede já assumidos pela Eletrosul e não pagos ainda. Em outras palavras, das reservas totais necessárias de R\$ 418 milhões, a Elos 'gerencia' apenas R\$ 218 milhões, aí incluídos os imóveis alugados à Eletrosul, empréstimos a participantes, etc."

Vituri explica que estes come-

Intercecel recebe apoio contra privatização da Celesc

A energia elétrica, assim como a água, são bens sociais, e que portanto não podem ser vistos como mercadorias. Esta foi a linha adotada pela participação dos indicados no debate que aconteceu na Universidade do Contestado, campus de Canoinhas, na última quinta-feira. Mauro Passos, representando o Sinergia, Jair Fonseca, do Sindinorte, o presidente da Celesc, Paulo Tatim, além de professores da UnC, lideraram o painel sobre privatizações, tema que atraiu a atenção de uma platéia de mais de 200 universitários e empresários do Planalto.

No contexto geral das privatizações, Tatim falou dos benefícios e dos graves problemas que a globalização traz. Citou, por exemplo, a situação dos quinze mil



desempregados do setor têxtil de Blumenau, consequência de uma verdadeira guerra de mercado existente entre países. Foi enfático ao afirmar: "Não tenho dúvida que a situação das privatizações é irreversível. O governo quer e vai privatizar tudo." Já Mauro Passos mostrou a inconsequência desta política adotada pelo governo, que

nos últimos sete anos já implementou a venda de 50 empresas estatais sem qualquer resultado positivo para a sociedade, o que demonstra o verdadeiro balcão de negócios que o governo criou, cujo único resultado concreto perceptível é uma transferência patrimonial que beneficiou o grande capital privado

nacional e internacional. A platéia, pelos seus questionamentos, demonstrou a sua preocupação com o atual quadro político e econômico do país. Foi quase uma unanimidade a dúvida sobre as reais necessidades das vendas das estatais e sobre o futuro da Celesc. Tatim garantiu que a Celesc está investindo em novas fontes de geração e que um dos seus objetivos é chegar ao ano 2002 com 25% de geração própria. Lembrou que a Celesc é a maior repassadora de impostos ao governo (R\$ 250 milhões) e que além disto tem comprometida 50% da sua receita para compra de energia da Eletrosul e da Itaipu. Diante desta informação Mauro Passos aproveitou para questionar a platéia sobre qual a empresa privada que contribuiria desta forma com o Estado, quando o que se vê no dia a dia é sonegação e inadimplência de impostos. Afirmou que inúmeras vezes, através da antecipação do ICMS pago pela Celesc, o Estado conseguiu pagar salários e outros compromissos, no que teve a concordância de Paulo Tatim.

Na sua intervenção final, Mauro Passos deixou a todos uma indagação: "Vocês já viram alguma agência do Bradesco, Itaú, Bamerindus, em pequenas localidades? Com certeza, não. Mas as agências do Besc estão lá, como as da Celesc e da Casan, independente de darem lucro ou não, porque são empresas públicas, criadas para atender o povo."

Conscientização

A Intercecel, preocupada com a desinformação da população sobre os riscos da privatização, vem promovendo e participando de debates e painéis como este que aconteceu em Canoinhas. A partir da moção aprovada na Câmara Municipal de Florianópolis, contra a privatização da Celesc, Casan e Besc enviada a todas as câmaras municipais do estado, iniciou-se um trabalho sistemático de aproximação com estas casas. Nas cidades de Tijucas, Nova Trento, Major Gercino, Governador Celso Ramos, Canelinha, Angelina, Jaguaruna, São Bernardino, Três Barras e Rio Negro (PR) os debates já ocorreram e os vereadores aprovaram moções contra a privatização destas três empresas públicas. Numa série de outros municípios já visitados pela Intercecel houve excelente receptividade e o compromisso dos vereadores de encaminhar as moções. Na região do Vale, por exemplo, doze municípios aprovaram moções de repúdio às privatizações. Aliás o presidente do Sintevi, Paulo Kranatscheck, reforça o desafio do sindicato para que a diretoria da Celesc participe de um debate na TV Galega da Furb sobre o mesmo tema do painel realizado em Canoinhas. Os contatos se estendem também às prefeituras municipais. A Intercecel tem observado que é grande a preocupação dos prefeitos catarinenses com a ameaça de privatização destas empresas.

IMPEACHMENT
O presidente da Assembleia Legislativa, deputado Francisco Küster pediu para os líderes partidários indicarem os membros para a comissão especial que vai analisar as denúncias dos 28 pedidos de impeachment do governador. Para Paulo Afonso ser afastado do cargo

READMISSÃO
Na última terça-feira o funcionário da Agência Central dos Correios da capital, Jairo José de Souza, foi readmitido na empresa. Há pouco mais de um ano Jairo e mais sete empregados foram demitidos por suspeita de roubo, mesmo inocentados por uma auditoria interna. Jairo só retornou porque era dirigente sindical. Os outros demitidos continuam brigando na justiça.

COVARDIA
Na tentativa de impedir que o Sintesc realize concentração na agência da Celesc em Criciúma, Dona Ivone Farias ameaçou a guarda (contrato terceirizado) dizendo que se houvesse concentração na agência ele estaria fora de lá.

CANDIDATO?
"Acreditamos que realizamos um bom trabalho a frente da Celesc". Esta foi a justificativa do presidente Paulo Tatim ao colocar seu nome à disposição

do PMDB para candidatura à Câmara Federal em 1998. A declaração foi dada em entrevista ao vivo na Rádio Pantera FM de Canoinhas.

TIMBRES
Um show de jazz erudito popular pode ser assistido dia 27, no TAC, a partir das 18h 30min. É uma apresentação do Quarteto Timbres, do qual faz parte a eletricitária Cristina Breda (pianista). A promoção é da Pró-Música de Florianópolis.

República dos Diabos

Luiz Cézare Vieira
Representante dos Empregados no Conselho
de Administração da Celesc

A compra de votos para a reeleição de FHC é o mais recente ato do teatro da corrupção brasileira. Estamos acostumados a assistir diariamente pela TV ou ler nos jornais as últimas cenas e acontecimentos desta eterna farsa que nos enfurece. O mais incrível é que a corrupção virou algo tão banal que os envolvidos e suspeitos parecem não estar muito preocupados, tal a certeza de impunidade. Pelo contrário, parecem até felizes por conquistarem para seus egos, 5 minutos de fama. Tão ou mais vil que os fatos em si, tem sido a postura do governo em tentar abafar os escândalos, ainda mais agora em que um dos possíveis envolvidos atinge o coração do poder. O ministro Sérgio Motta entrou para o governo com um papel bem definido. FHC, ao aliar-se com a fina flor do fisiologismo precisava de um escudeiro bufão para realizar as tarefas sujas e permanecer ele próprio com a aura do intelectual honesto, probo, imaculado.

A questão de fundo é a da ética na política. Desde sempre na história humana vem se tentando uma solução para resolver a dicotomia entre o público e o privado. Os filósofos políticos gastaram muito fosfato para explicar como o ser particular, o burguês que luta por seus negócios imediatos, pode se transformar em cidadão na esfera pública onde deveriam prevalecer os interesses universais. Hoje, na dobrada do terceiro milênio este problema está longe de ser resolvido. Pelo contrário, cada vez mais o poder público se afirma enquanto sinônimo de sucesso individual. O pior de tudo é que o pragmatismo reinante em clima de fim de história, descartou de seu estreito horizonte a própria problemática. No mundo do fetiche da economia onde o que importa é a valorização de capitais cada vez mais concentrados, não da economia, não existe lugar para debates no âmbito de valores. Categorias da filosofia política como o

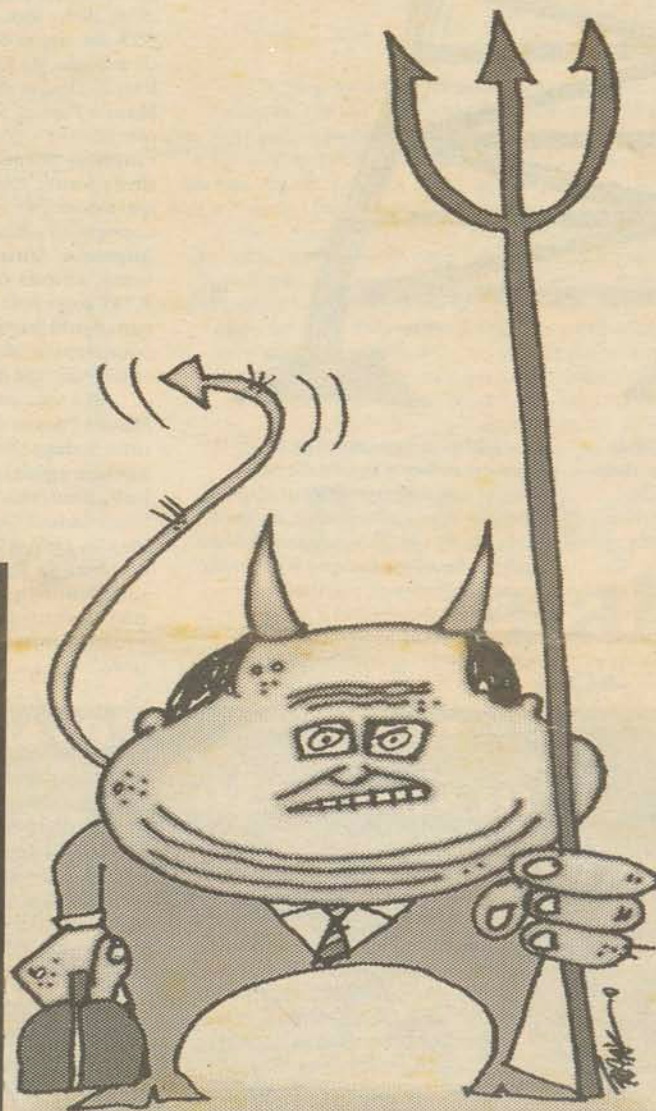
Estado e a política, são reduzidas a mero apêndices do capital globalizado. Isto facilita e até justifica a proliferação de indivíduos que ascendem à esfera pública para potencializar seus próprios benefícios. Aliás, o que a maioria dos pensadores temiam, por saber que os humanos não detém germes inatos da virtude, era justamente o perigo de vingar na história um arranjo social caótico, um tipo de "acordo majoritário pela maldade".

Santo Agostinho, por exemplo, não tinha nenhuma ilusão sobre a possibilidade de uma ética secular. Segundo ele, os habitantes do estado mundano eram egoístas demais para realizar a justiça. Destes mesquinhos seres terrenos entregues a si mesmos, nada no plano social poderia surgir que não fosse uma "*civitas diaboli*". Martinho Lutero foi na mesma linha: a razão secular passava mesmo de uma "rameira".

Kant, o filósofo alemão do século XIX também comentou sobre a emergência de uma tal "*República dos Diabos*". Mas dos escritos que legou à humanidade nenhum abordou com riqueza de detalhes as características que definem esta demoníaca forma de Estado. Antes dele, Hobbes, filósofo inglês do século XVII denominava "estado de natureza", a sociedade sem regras, do vale tudo, uma luta sem tréguas de interesses particulares. Para Hobbes os seres humanos são constituídos de uma "cobiça natural" e uma "razão natural". Pela primeira prevalece a ação egoísta, indiferente ao que acontece aos demais. A segunda representa o desejo de cada um em evitar as terríveis consequências da "cobiça natural", no limite a guerra absoluta, a morte violenta, daí resultando a necessidade de um poder público regulador da fúria dos interesses privados. O estabelecimento deste poder público, marcaria a ultrapassagem do "estado de natureza" para o "estado político".

Há quem afirme que nós aqui no Brasil da era dos Fernandos estamos na plenitude do "estado da natureza". Afinal, não convivemos com a fome, a exploração do trabalho infantil, a morte violenta, o assalto a bancos e residências, a extrema degradação social da morte cotidiana de crianças em hospitais precários, a oficialização e generalização da corrupção, o socorro aos banqueiros, o fisiologismo, a apologia irrestrita ao mundo privado, o sucateamento e entrega do patrimônio público? De minha parte arrisco algo mais, defendo a tese de que já regredimos do "estado de natureza", nos constituindo na primeira nação a conformar uma autêntica "*República dos Diabos*". Explico: o "estado de natureza" ainda é movido fundamentalmente por instintos, uma fase ontológica que pode ser chamada de infância perversa da humanidade. Já a "*República dos Diabos*" é consciente de si, articulista, é a culminância de uma civilização onde a razão está incorporada pelo mal. A maior parte de nossa elite, à exemplo de Fausto de Goethe fez seu pacto com belzebu.

"O sonho da razão produz monstros", disse certa vez o pintor Goya. Mas uma certa razão em vigília produz diabos, uma República deles.



Música

Com o apoio do Sinergia acontece dia 4 de junho, às 21 horas, no CIC, o show Meu Filme, de Lô Borges, compositor que estreou com Milton Nascimento, no antológico álbum duplo Clube de Esquina. São deles as músicas Trem Azul, Um Girassol da Cor do Seu Cabelo e Paisagem da Janela lançadas naquela época. Sócios do Sinergia tem desconto de 50%, mediante apresentação da carteirinha